



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8686 - Pôster - 3ª Reunião Científica da ANPEd-Norte (2021)

ISSN: 2595-7945

GT 09/GT 14 - Trabalho e Educação e Sociologia da Educação

A RELAÇÃO DA PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS COM AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS UMA ANÁLISE DAS CONTINUIDADES, RUPTURAS E MUDANÇAS DE 2016-2019

Cristiane Lopes de Sousa - UFPA - Universidade Federal do Pará

A RELAÇÃO DA PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS COM AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE DAS CONTINUIDADES, RUPTURAS E MUDANÇAS DE 2016-2019

INTRODUÇÃO

Este trabalho compõe um projeto de tese que encontra-se em andamento, iniciado em março de 2020, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (PGEDA) – Associação em Rede – Curso de Doutorado, vinculado ao Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica (NEB) da Universidade Federal do Pará (UFPA), na linha de Estado, Políticas Públicas e Gestão da Educação.

Nosso objeto de estudo é a relação Pedagogia das Competências e as políticas educacionais brasileiras, com recorte a partir de 2016, período marcado por mudanças de cunho político, ideológico, econômico e social. Objetiva-se analisar as continuidades, rupturas e mudanças da Pedagogia das Competências na educação brasileira.

Problematiza-se que a Pedagogia das Competências foi introjetada na educação brasileira no início dos anos 90, se a mesma ainda permanece como principal referencial do projeto educacional brasileiro e quais as rupturas, continuidades e mudanças dentro do projeto educacional brasileiro sob a perspectiva política, social, econômica e pedagógica?

Para a realização da pesquisa utiliza-se o método do Materialismo Histórico Dialético como base teórico-metodológica, tendo em vista o entendimento do nosso objeto de estudo a partir da sua totalidade histórica, observando as suas contradições e conexões com a totalidade social (NOSELLA; BUFFA, 2005). Acerca do tipo de pesquisa, utiliza-se a revisão bibliográfica de acordo com Alves (1992), que reconhece a importância da revisão de qualidade para o problema de pesquisa, principalmente em teses e dissertações[1].

A PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS

Breve contextualização

A Pedagogia das Competências significa um conjunto de orientações, as quais possuem como função promover o desenvolvimento das capacidades humanas com foco direcionado ao trabalho (MACHADO, 2002). Esta surgiu como uma espécie de resposta as necessidades formativas da época e dispõe como referências da Pedagogia das Competências o neopragmatismo, o racionalismo e o individualismo (MACHADO, 1998; ROPÉ; TAGUY, 1997).

Entende-se que surgimento da noção de competência tornou-se mais evidente perante as exigências do mercado, que coloca a competitividade, a flexibilidade e a adaptação dos trabalhadores frente às atividades desempenhadas como qualidades requerida. E, portanto, transfere ao trabalhador a responsabilidade pela sua formação como meio para inserção e permanência no trabalho e, além disso, coloca o trabalhador frente ao discurso do grupo dominante, sobre o qual afirma-se que é escolhido pelo mercado àqueles que são mais competentes e, portanto, mais qualificados.

As políticas educacionais e a Pedagogia das Competências

Entende-se que a Reforma do Ensino Médio é também caracterizada pelas Competências, especialmente por retomar aspectos de reformas dos 90, além da tentativa de flexibilização curricular, a qual prioriza o letramento e numerização, tal como colocam documentos da UNESCO de 1990 e 2008. Este último ainda sugere que o currículo do Ensino Médio tenha como base “competências genéricas essenciais” (UNESCO, 2008).

Ao colocar as “competências genéricas essenciais” abre-se um comparativo com as diretrizes da Pedagogia das Competências, que visam formar um perfil de trabalhador com especificidades que possa suprir as exigências do mercado em um período rápido. Esse mesmo discurso também aponta a flexibilidade e adaptabilidade do trabalhador nas ocupações do mercado, além do que, o trabalhador deve priorizar o domínio do letramento e da numerização.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um reflexo da Reforma realizada no Ensino Médio, pois complementa o que é imposto pela Lei 13.415/2017. Nesse caso, ambas são exemplos da investida de grupos do empresariado brasileiro em mudanças no currículo dessa etapa da Educação Básica, tendo em vista que organiza um currículo em conformidade com as prioridades formativas da classe dominante.

Assim como a Reforma do Ensino Médio, a BNCC também traz conceitos e propostas levantadas e institucionalizadas na década de 1990. Ribeiro (2018) chama a nova BNCC de “a BNCC da Reforma” e afirma que esta apresenta em seu discurso o tom do novo, contudo, o documento está centralizado em torno da noção de competência, apresentando desde competências gerais a competências específicas. Portanto, é possível observar a presença da Pedagogia das Competências na nova BNCC, a qual, assim como a Reforma, seguem articuladas para complementar a reformulação do Ensino Médio, algo que já era pensando pela classe dominante desde os anos 90, quando parte das mudanças propostas foram barradas no congresso.

Em relação as Novas Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio (DCNEM), aprovada em 2018, atualiza a Resolução CNE/CEB 02/2012. Essa atualização se fez necessária, segundo os defensores da Reforma do Ensino Médio, por conta da aprovação e do

conteúdo da Lei 13.415/17, que também modifica a Lei 9.394/96. Antes de adentrar no conteúdo das DCNEM, é preciso ressaltar que, mais uma vez, pode-se observar a articulação existente em torno das políticas destinadas ao Ensino Médio desde 2016, ao passo que utiliza-se a reforma como justificativa para desencadear a nova BNCC e as DCNEM, além disso, as três políticas foram viabilizadas sem diálogo com alunos, professores e a sociedade e, portanto, caracterizam-se por uma viabilidade autoritária.

§ 1º Atendidos todos os direitos e objetivos de aprendizagem instituídos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as instituições e redes de ensino podem adotar formas de organização e propostas de progressão que julgarem pertinentes ao seu contexto, no exercício de sua autonomia, na construção de suas propostas curriculares e de suas identidades.

§ 2º O currículo deve contemplar tratamento metodológico que evidencie a contextualização, a diversificação e a transdisciplinaridade ou outras formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos, contemplando vivências práticas e vinculando a educação escolar ao mundo do trabalho e à prática social e possibilitando o aproveitamento de estudos e o reconhecimento de saberes adquiridos nas experiências pessoais, sociais e do trabalho.

§ 3º As aprendizagens essenciais são as que desenvolvem competências e habilidades entendidas como conhecimentos em ação, com significado para a vida, expressas em práticas cognitivas, profissionais e socioemocionais, atitudes e valores continuamente mobilizados, articulados e integrados, para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do exercício da cidadania e da atuação no mundo do trabalho (RESOLUÇÃO N 3, 2018).

As DNCEM apontam que sua viabilidade ocorreu para instituir acerca dos objetivos da BNCC. Nas DCNEM, observou-se o foco nas aprendizagens essenciais como as que desenvolvem competências e habilidades que refletem, dentre outras práticas, em atitudes e valores. O documento prega a autonomia como sinônimo para a flexibilização curricular, a qual é defendida pelos reformadores desde a Medida Provisória n. 746/2016, da qual origina e consolida a Lei n. 13.415/17.

Recentemente, no âmbito do Ensino Superior, o MEC propôs o Future-se, um programa com o objetivo principal de captar recursos privadas para a educação pública. Este programa foi refutado pela comunidade acadêmica, passou por reformulações após a divulgação em julho de 2019 e aberto para consulta pública em agosto do mesmo ano. O ex-ministro Abraham Weintraub defendia o projeto como "a maior revolução na área de ensino no país dos últimos 20 anos"^[21], posto que o projeto apresenta-se como uma forma de autonomia financeira das universidades públicas, como um meio de conseguir investimento privado para o setor tecnológico e de pesquisa, meio de internacionalização e empreendedorismo (MEC, 2019).

No entanto, pontua-se que o Future-se abre as portas do investimento privado na Educação Superior, o que facilitaria o processo de privatização das universidades públicas conforme o avanço dessa relação de captação de verbas. Além disso, o Future-se utiliza em seu discurso o empreendedorismo, fato que se associa a modelos empresariais e ao discurso proposto nos referenciais da Pedagogia das Competências. O Future-se apresenta-se como uma forma de privatizar as universidades públicas brasileiras, dirimir as pesquisas e os avanços tecnológicos realizados nos últimos anos e aumentar à desigualdade de acesso do jovem pobre as universidades.

RESULTADOS PARCIAIS

Ressalta-se que essas são impressões iniciais, as quais demandam maior aprofundamento. Em contrapartida, pode-se observar a presença do discurso da Pedagogia das

Competências nas políticas analisadas, tal fato caracteriza a permanência dos referenciais dessa Pedagogia nas políticas educacionais brasileiras, sob o objetivo principal de formar um perfil de trabalhador com determinadas especificidades para o mercado de trabalho.

Deve-se, portanto, utilizar essas impressões iniciais para investigar, apontar e descrever de forma aprofundada o que de fato permaneceu, as rupturas e as mudanças da Pedagogia das Competências nas políticas educacionais pela visão política, econômica, social, educacional e filosófica para constatar se a Pedagogia das Competências segue como referencial hegemônico no projeto educacional brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALVES, AJ. “A Revisão da bibliografia” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. **Cadernos de Pesquisa**, n. 81, maio, p. 53-60, 1992.

BRASIL. **Resolução n. 3**, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: <http://novoensinomedio.mec.gov.br/resources/downloads/pdf/dcnem.pdf>. Acesso em: 10 maio 2020.

MACHADO, L. A institucionalização da lógica das competências no Brasil. **Proposições**, Campinas, v. 13, n. 37, p. 92-110, jan./abr. 2002.

MACHADO, L. O “modelo de competências” e a regulamentação da base curricular nacional e de organização do ensino médio. **Revista Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, n. 4, p. 9-28, ago./dez. 1998.

MANFREDI, S. Trabalho, qualificação e competência profissional das dimensões conceituais e políticas. **Educação e Sociedade**, v.19, n.64, set. 1998.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. **EcoS – Revista Científica**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 351-368, julh./dez., 2005.

RIBEIRO, M. A BNCC da Reforma do Ensino Médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em revista (online)**, v. 34, p. 1 – 15, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edur/v34/1982-6621-edur-34-e214130.pdf>. Acesso em: 04 maio 2020.

ROPÉ, F.; TANGUY, L. (Orgs.). Introdução. *In: Saberes e Competência: o uso de tais noções na escola e na empresa*. Campinas, SP, Papyrus, 1997.

UNESCO – Organização Das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Declaração Mundial sobre Educação para Todos. **Conferência de Jomtien**. 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Disponível em: 04 maio 2020.

UNESCO. **Reforma da Educação Secundária**. Brasília: UNESCO, 2008.

Palavras-chave: Pedagogia das Competências. Políticas Educacionais. Trabalho.

[1] No projeto de pesquisa em andamento encontra-se uma seção com Estado da Arte, também em andamento, de teses e dissertações acerca da temática abordada. Contudo, o mesmo não foi utilizado como recorte para submissão na ANPED 2021.

[2] Informação disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/52641-future-se>. Acesso em 29 maio 2020.